

Economia “Receitas deviam ser usadas para construir habitação”

“O turismo não deve ser o único motor de crescimento de um país”

Lucio Baccaro Director do Instituto Max Planck alerta para o efeito do turismo nos preços e para a falta de provas de que as reformas laborais aumentem a produtividade

Entrevista

Sérgio Anibal

“A Alemanha já não produz o que o mundo quer comprar e o modelo de crescimento baseado nas exportações enfrenta limites estruturais”, afirma o economista italiano Lucio Baccaro, que se tem dedicado à análise dos diferentes modelos de crescimento económico dos países. Em relação a Portugal, o director do Instituto Max Planck para o Estudo das Sociedades, de visita a Lisboa a convite do Iscte, alerta para os riscos de um modelo de crescimento baseado no turismo e questiona a eficácia económica das reformas laborais. “Nunca vi provas convincentes de que a reforma laboral aumente a produtividade”, avisa.

Com a guerra comercial, os modelos assentes nas exportações parecem hoje mais arriscados do que eram antes. A Alemanha é talvez o maior exemplo disso. Como pode a Alemanha mudar de um modelo assente nas exportações para outro?

A Alemanha precisa de reequilibrar o seu modelo de crescimento. E, até certo ponto, já o está a fazer. Reequilibrar significa reforçar o lado da procura interna, em particular através da despesa e do investimento público. É isso que estão a tentar. Parece que que abandonaram, ou pelo menos relaxaram, o compromisso com a austeridade e com o orçamento equilibrado. Estão a gastar bastante. Claro que a justificação pública para esta mudança é sobretudo a necessidade de rearmar o país, de aumentar capacidade militar, mas também estão a investir noutras áreas, como nas infra-estruturas. Foram alocados 500 mil milhões de euros em infra-estruturas e na neutralidade climática. Portanto, está a ocorrer uma mudança. Do

ponto de vista aritmético, se aumentamos o peso da procura interna, isso significa, por um lado, um excedente externo mais reduzido e, por outro, uma economia que exporta uma menor percentagem do PIB do que exportava antes.

O que é que isto significa para a economia europeia no seu conjunto? É realmente um momento de mudança na Europa, por exemplo na relação entre o Norte e o Sul?

É uma pergunta difícil. Sinceramente, não me parece. O que está a acontecer é uma clara ênfase na defesa, na necessidade de aumentar a despesa militar. Veremos que consequências isso terá para o resto, e de que forma será financiado esse aumento. As despesas militares não têm um grande multiplicador, tendem a ter um efeito reduzido sobre o crescimento. Portanto, não podemos esperar que, por si só, as despesas militares desencadeiem um forte processo de crescimento. E será ainda pior se a decisão for financiar esse aumento à custa de cortes na despesa social, por exemplo. Por isso, não estou convencido de que estejamos perante uma mudança estrutural. O que vemos é que o hegemon da União Europeia, a Alemanha, percebeu que precisa de mudar em comparação com o passado. Coisas que funcionavam antes já não funcionam. Uma delas é o acesso a grandes mercados, que hoje se tornou mais difícil do que era. Isto aplica-se ao mercado americano, obviamente, mas também ao mercado chinês. A União Europeia está a ser empurrada para uma espécie de guerra comercial com a China. Não deseja essa guerra, porque muitos países não têm incentivos para tal, mas parece sentir necessidade de seguir o “irmão mais velho” americano.

E o que vemos em França? A outra grande economia da Europa também parece ter de mudar. E parece ser numa

direcção diferente: austeridade em França, mais despesa na Alemanha.

Vamos ver se há mesmo austeridade em França. Não espero isso.

Nem perante o risco de a França desencadear uma nova crise da dívida soberana na zona euro?

Não penso que seja o caso, por duas razões. Primeiro, porque o Banco Central Europeu (BCE) mudou. Já não é o BCE de [Jean-Claude] Trichet, que deixou os mercados financeiros castigarem os países periféricos até estes pedirem resgates e aceitarem todo o tipo de reformas estruturais e medidas de ajustamento orçamental. Hoje, o BCE tem mostrado repetidamente que intervém nos mercados da dívida soberana quando os *spreads* [juros] de certos países, especialmente dos mais relevantes do ponto de vista sistémico, sobem demasiado.

É o BCE de Draghi.

Exacto. Draghi iniciou essa viragem e Christine Lagarde deu-lhe continuidade – basta recordar todas as intervenções durante a pandemia. Foi criado um novo instrumento e estou bastante convencido de que, se a situação nos mercados da dívida se complicasse para a França, o BCE usaria esse instrumento. E a França é a França – como já alguém disse, as regras aplicadas a outros países não se aplicam necessariamente a Paris. Portanto, não espero uma repetição da crise da dívida soberana. O que pode acontecer é algo interno: que haja novas eleições, que uma força anti-sistema chegue ao poder e decida rejeitar certas regras europeias e adoptar uma política muito diferente. Mas isso seria um impulso doméstico, não uma imposição internacional.

E o risco de contágio, não existe?

Se eu tiver razão, e o BCE estiver disposto a intervir de forma diferente do que fez na crise da dívida soberana, então não

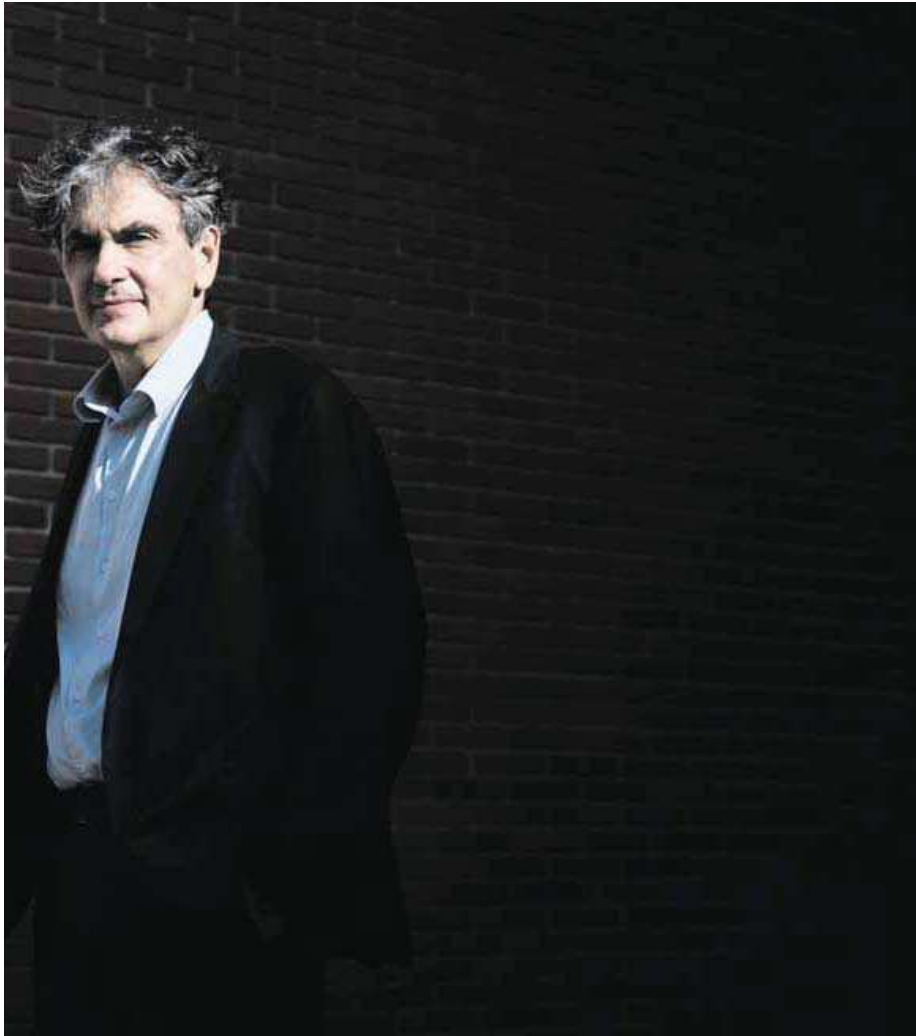


deveria haver esse risco. **Portugal, nos últimos anos, parece ter tido algum sucesso em fazer a economia crescer com um modelo assente no turismo, um modelo de turismo de baixos salários. Considera que este é um modelo sustentável? É igual a qualquer outro sector, como a indústria?**

Não, penso que não é igual. O crescimento assente no turismo tem características de um modelo baseado em exportações, mas também de um modelo baseado no consumo. Do lado exportador, porque essencialmente está a vender serviços a não-residentes, ou seja, é uma forma de exportar. Mas no modelo exportador clássico há contenção de preços internos para estimular as exportações. No caso do turismo, acontece o contrário: há um impacto sobre os preços dos activos, especialmente da habitação, que aumentam. E, com a subida dos preços das casas, sobem também outros preços. Ou seja, temos uma combinação de exportação (venda de serviços a estrangeiros) e aumento dos preços domésticos. Ora, se não houver capacidade de “subir de patamar” e atrair turistas cada vez mais ricos, chega um momento em que o país perde competitividade, porque os



As despesas militares não têm um grande multiplicador, tendem a ter um efeito reduzido sobre o crescimento



preços internos crescem mais depressa do que noutros mercados. E, claro, paga-se um preço em termos de desindustrialização, já que esse nível de preços torna difícil a sobrevivência da indústria transformadora, sobretudo a de baixo e médio nível tecnológico. O modelo de crescimento assente no turismo tem muitos riscos, sem falar dos custos sociais: esvaziamento dos centros das cidades, impossibilidade de acesso à habitação para residentes, clivagens de classe muito evidentes. Quem ganha são os proprietários de imóveis, que podem rentabilizá-los, por exemplo através do alojamento local. Os perdedores são aqueles que não têm casa própria – geralmente os mais jovens –, que não só não beneficiam, como enfrentam preços mais altos e mais dificuldades no acesso à habitação. E também os trabalhadores do sector, que têm

empregos pouco qualificados, mal pagos, precários e, muitas vezes, sujeitos a exploração. Por isso, o turismo não deve ser o único motor do crescimento de um país. Pode ser relevante em regiões específicas, mas generalizar este modelo traz muitos problemas. **Então, quando os governos apostaram no turismo – em Portugal isso aconteceu, sobretudo, depois da crise da dívida –, não estavam a pensar nestas consequências?** Hoje já existe maior consciência dos riscos. Mas é difícil voltar atrás. Há custos sociais. Pelo menos, o que se deve fazer é compensar os perdedores. Parte das receitas devia ser usada para construir habitação e reforçar serviços públicos nas zonas mais afectadas pelas consequências negativas do turismo. Ou seja, devia haver um papel claro para a tributação redistributiva. Usar os impostos para compensar os perdedores e financiar a expansão

dos serviços públicos.

Nos seus estudos tem assinalado que o modelo de crescimento assente nos salários é, em geral, aquilo que as pessoas preferem, mas que existe um “fosso de representação”, porque os governos não seguem esse caminho. O que explica esse fosso tão claro?



A liberalização do mercado de trabalho vem acompanhada de estagnação salarial e insatisfação popular

Não sabemos ao certo. Pode ser porque não há oferta política – nenhum partido se apresenta com esse programa –, pode ser porque as pessoas pensam que o crescimento assente nos salários não é viável nas circunstâncias actuais, porque teria demasiadas consequências negativas, existem muitas restrições internacionais para esse tipo de política expansionista. O que sabemos é que esse deveria ser o território natural da esquerda.

E não é?

A esquerda mudou ideologicamente: adoptou ideias que antes eram típicas da direita ou do centro, como a ênfase no mercado, na liberalização, nos incentivos de mercado. Fala-se dos custos inflacionistas de aumentos salariais, dos potenciais efeitos negativos sobre o investimento. Por isso, podem existir várias explicações. Mas penso que a esquerda devia reinventar-se e considerar seriamente rearticular o seu programa em torno da viabilidade de uma estratégia de crescimento assente nos salários.

A direita populista conseguiu apropriar-se de algumas destas ideias que antes eram da esquerda, no domínio dos salários e dos trabalhadores?

A direita populista tem, de facto, mobilizado algumas queixas da classe trabalhadora, sobretudo ligadas à imigração e ao comércio livre. Politicamente, tem explorado a oposição à imigração e ao livre-comércio. Mas quando se trata de políticas laborais – papel dos sindicatos, negociação colectiva –, continuam a ser tão à direita como qualquer outro partido. E é pouco provável que mudem. Pegaram em algumas bandeiras, como a importância da protecção social, mas limitada aos “nativos”, não para os migrantes. Também defendem restrições ao comércio livre. Mas não conseguiriam implementar uma estratégia de crescimento assente nos salários, porque isso implica reforçar os direitos dos trabalhadores. E essa estratégia está hoje completamente órfã. Não sei no caso de Portugal, mas nos países que conheço, pode haver elementos dispersos, como a defesa de aumentos do salário mínimo. Mas não vejo um programa de política económica articulado nesse sentido. **Neste momento, em Portugal, o Governo apresentou uma proposta de reforma da legislação laboral no sentido de uma maior liberalização. Isto é uma tendência que também se vê noutros países?** Não, que eu saiba não. Fico até surpreendido. Essa ênfase na liberalização do mercado de

trabalho foi típica dos anos 2000 e da resposta à crise da dívida soberana em 2010. Mas agora está a ser abandonada noutros países. Veja-se Itália: temos um Governo de direita, mas não fala em liberalização laboral, porque já percebeu as consequências. A liberalização pode, no melhor dos casos, criar muitos empregos de baixa produtividade, altamente precários. Vem acompanhada de estagnação salarial e insatisfação popular. Por isso, surpreende-me ver Portugal a fazê-lo. Em Itália, entre 2015 e 2016, todo o debate era sobre a reforma do mercado de trabalho, em particular o famoso artigo 18.º, que regulava os despedimentos e a possibilidade de reintegração. Foi um debate longo, que dominou durante anos, mas hoje já desapareceu.

Portugal também fez alterações durante os anos da troika, com o objectivo de aumentar a produtividade e a competitividade. Acha que esse tipo de reformas não funciona economicamente?

Nunca vi provas convincentes de que as reformas laborais aumentem a produtividade. Pelo contrário, vi muitas provas de que a reduzem. Depois das reformas, as empresas têm menos incentivos para inovar e para investir em capital humano. Há estudos que mostram que o impacto na produtividade é negativo: quando o trabalho fica demasiado barato e as rigidezes institucionais são enfraquecidas, investe-se em sectores que não têm potencial de progresso tecnológico. Por isso, não vejo argumentos económicos a favor. Politicamente, até pode servir para unir a direita, sobretudo quando está dividida entre populistas e sectores mais ortodoxos. Mas não é popular junto das pessoas, sobretudo se vier acompanhado de estagnação ou cortes nos salários reais. **Na Europa, no geral, e em Portugal, em particular, temos assistido a um boom no número de empregos. O mercado de trabalho parece estar a funcionar, a criar postos de trabalho.**

Sim, mas se temos estagnação do crescimento e criação de emprego em simultâneo, isso significa que os empregos criados são de baixa produtividade. É uma questão aritmética: o crescimento resulta da soma entre crescimento do trabalho e crescimento da produtividade. Se o crescimento total é nulo e o emprego cresce, então a produtividade está a cair. E isso quer dizer que os empregos criados estão concentrados em sectores de baixa produtividade e são, em maior probabilidade, empregos precários.